

# Sumário Econômico

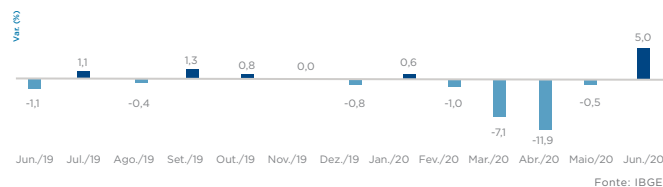


## Setor de serviços confirma recuperação mais lenta que outros setores

Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada em 13 de agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de receitas do setor de serviços avançou 5,0% em junho, quando

comparado ao mês anterior na série com ajuste sazonal. Dessa forma, o setor interrompeu uma sequência de quatro retrações mensais consecutivas – período no qual acumulou queda de 18,7%.

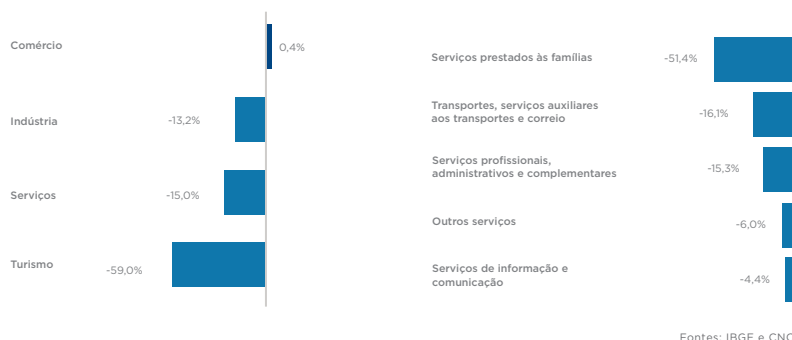
**VOLUME DE RECEITAS DOS SERVIÇOS**  
(Variações % em relação ao mês anterior com ajuste sazonal)



Apesar do crescimento de junho, o volume de vendas do setor ainda se encontra 15% abaixo da média verificada no primeiro bimestre de 2020. Comparado aos demais setores da economia, o setor de serviços – mais especificamente, o turismo – é o que mais

tem apresentado dificuldades em retomar o nível de atividade, já que a crise deflagrada pela pandemia “está devendo” 13,2% de produção à indústria, ao passo que o comércio já recuperou o nível de vendas do primeiro bimestre (+0,4%).

**NÍVEL DE ATIVIDADE EM RELAÇÃO À MÉDIA DO PRIMEIRO BIMESTRE**  
(Variações)

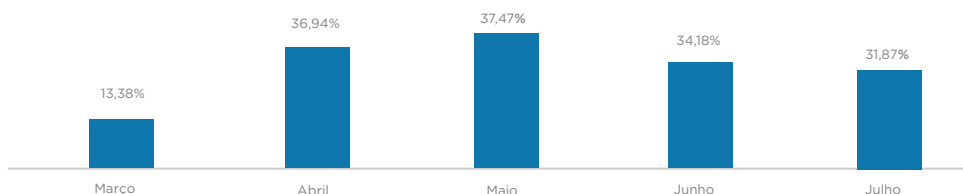


► Na margem, o destaque ficou por conta dos serviços prestados às famílias (+14,9%) e às atividades de transportes (+6,9%), que voltaram a evoluir positivamente após atingirem o “fundo do poço” em abril, contudo esses segmentos seguem como os mais afetados pela retração econômica no segundo trimestre.

O turismo voltou a crescer em junho (+19,7%), porém, quando comparado aos demais setores da economia, é aquele que se encontra mais distante do nível de atividade verificado antes da média janeiro-fevereiro (-59%).

Para esse setor, as quedas em relação ao período anterior à Covid-19 seguem se acumulando. Segundo dados apurados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor já acumula R\$ 153,84 bilhões em perdas de faturamento desde o início da pandemia, operando com 14% da sua capacidade de geração de receita. A estimativa da entidade cruza informações providas pelas pesquisas conjunturais e estruturais do IBGE, além de séries históricas referentes aos fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos do País.

**PERDAS MENSAIS DE FATURAMENTO NO SETOR DE TURISMO BRASILEIRO EM 2020**  
(R\$ Bilhões)

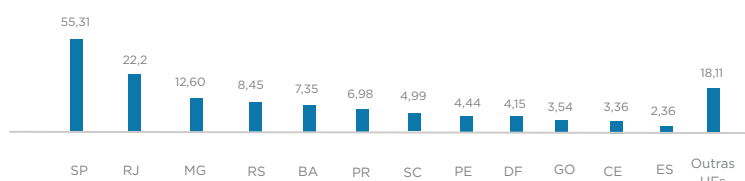


Fonte: CNC

Os estados do Rio de Janeiro (R\$ 22,20 bilhões) e de São Paulo (R\$ 55,31 bilhões), principais focos da Covid-19 no Brasil, concentram mais da metade (50,4%) do prejuízo nacional registrado. Essas perdas se refletem, por exemplo, nas quedas dos fluxos de passageiros nos principais aeroportos dessas duas

Unidades da Federação (UFs). Ao fim de julho, os aeroportos de Congonhas e do Galeão registravam quedas de 86% e 77%, respectivamente, no fluxo de aeronaves, tendo-se como base o tráfego nas semanas imediatamente anteriores à decretação da pandemia da Covid-19.

**PERDAS APURADAS PELO SETOR DE TURISMO DE MARÇO A JULHO DE 2020 SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO**  
(R\$ Bilhões)



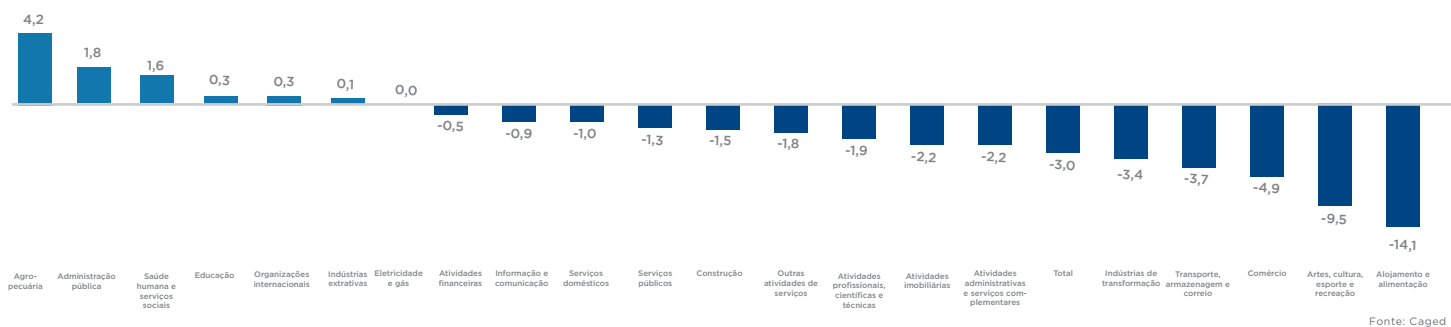
Fonte: CNC

O menor dinamismo do setor se reflete também nos indicadores do mercado de trabalho, segundo os quais, dos 21 principais setores da economia, aqueles ligados a atividades turísticas, tais como alojamento e alimentação fora do domicílio e

atividades culturais e de lazer, acusam as maiores baixas. De acordo com os dados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), esses subsetores perderam 14,1% e 9,5% da sua força formal de trabalho. ►

## SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS DE POSTOS FORMAIS DE TRABALHO ACUMULADO NO ANO

(Variações % do estoque de vagas)



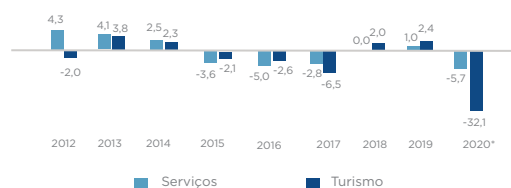
Fonte: Caged

Apesar da perspectiva de reação no médio prazo, a evolução mais lenta do nível de atividade dos serviços levou a CNC a revisar de -5,9% para -5,7% sua previsão para a variação do volume de receita dos

serviços ao fim de 2020. Para o turismo, a tendência é de que o faturamento real do setor encolha 32,1% neste ano, com perspectiva de volta ao nível pré-pandemia no terceiro trimestre de 2023.

## VOLUME DE RECEITA DOS SERVIÇOS E DO TURISMO

(Variações % anual)



\*Projeção CNC

Fontes: IBGE e CNC

## Circuito PIX

Nos dias 13 e 14 de agosto, o Banco Central (BC) realizou quatro workshops para atualizar a população sobre as novidades e os próximos processos do PIX. Este é um novo meio de pagamento que será lançado pela instituição no dia 16/11. O objetivo para recorrer a esse novo serviço do BC é a restrição apresentada pelos meios de pagamentos mais utilizados atualmente. O boleto bancário é limitado a pagamento de contas, enquanto as transferências via Documento de Ordem de Crédito (DOC) e Transferência Eletrônica Disponível (TED) cobram tarifas e não oferecem garantias de pagamento.

O PIX representa um meio de pagamento digital, instantâneo e sem limite de horário ou dia da semana. Além disso, as transferências poderão ser feitas entre pessoas físicas e/ou jurídicas, para entes governamentais e para pagamentos de bens, serviços e salários, ampliando as opções de utilização. Outra

facilidade é que o usuário poderá concentrar seus pagamentos no dispositivo eletrônico que lhe for mais conveniente, agregando todas as informações em um único servidor e não precisando fazer contato com outros dispositivos.

A forma de pagamento poderá ocorrer de três maneiras. A primeira é por meio de uma chave ou apelido de identificação transacional, como Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou e-mail do usuário, por exemplo. Outra medida é o uso de tecnologias que permitam a troca de informações por aproximação, como a tecnologia Near Field Communication (NFC). Já a terceira maneira será pelo QR Code, que pode ser estático ou dinâmico. Essa modernização dos meios de pagamentos trará muitos benefícios para os pagadores, que poderão fazer suas transações de forma mais prática e segura. Já para os comerciantes,

- ▶ aumentará a eficiência e a competitividade do mercado de pagamentos de varejo no Brasil.

As pessoas físicas podem associar até cinco chaves em cada conta financeira que possuir e a mesma chave só poderá ser usada em uma conta. Já as pessoas jurídicas terão o limite de até 20 chaves para cada conta. Quando os usuários não quiserem compartilhar suas informações pessoais, poderão utilizar uma chave aleatória gerada pelo sistema eletrônico.

As modalidades de participação no PIX compreendem instituições de pagamento não autorizadas, que possuirão escopo de atribuições reduzido. Elas precisarão apresentar capacidade técnica e operacional, com capital mínimo de R\$ 1 milhão, regulação mínima e prestação de serviços de liquidação nos termos do regulamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI). A Secretaria do Tesouro Nacional irá representar o governo.

Os provedores de conta transacional são as instituições de pagamento ou financeiras que ofertam contas ao usuário final. Devem possuir mais de 500 mil contas para participarem. As instituições liquidantes especiais prestam conexão entre instituição e SPI, assim como o provedor de conta transacional, porém não precisam oferecer serviços para o usuário final, mas precisam participar do SPI. Elas terão uma atuação mais neutra.

Já as instituições de pagamento não autorizadas são as que não atingiram os critérios necessários, elas precisarão se sujeitar a um regulamento mínimo do BC, como possuir estrutura de gerenciamento de risco e segurança cibernética.

Dentre as utilidades do PIX, existirá a possibilidade de reivindicar seus contatos, já que o número de celular pré-pago pode ser cancelado e passado para outra pessoa. Nesse caso, a outra pessoa pode reivindicar o número para si no cadastro do PIX, e também poderá alterar um e-mail sequestrado ou com perda de senha.

Para o recebedor, outra melhoria é que, com o pagamento se dando de forma imediata, o fluxo de caixa será otimizado, o que tenderá a reduzir sua necessidade de crédito e seus custos. O recebimento

imediato irá favorecer os estoques, pois, quando o pagamento é realizado por boleto, a empresa tem que separar o produto, mas não tem garantia de que será feito, precisa da confirmação em até dois dias. Se não receber o pagamento, o produto volta para venda.

A instituição reforçou que a infraestrutura para pagamento direcionado ao governo estará pronta no momento do lançamento, mas depende de cada unidade estadual aderir ao novo meio de pagamento. Existe um acordo com o Tesouro de cooperação técnica para essa cooperação ocorrer o mais breve possível.

Outra possibilidade do PIX será o saque no varejo. Ele ainda não tem especificações, mas será um benefício que está em planejamento. Com isso, o varejo poderá fazer reuso do dinheiro, atraindo mais clientes e formando novos negócios. Não haverá opção de devolução no primeiro momento. Caso haja erro, não terá como cancelar, o recebedor fará uma nova operação devolvendo os recursos, podendo ser de forma integral ou parcial. Também haverá o processo do PIX agendado, porém será ofertado de forma facultativa pelos participantes.

O tempo máximo para efetivação da transferência será de 40 segundos, senão será enviada uma mensagem de erro e a operação não será realizada. Entretanto, para impedir ilegalidades, o pagador poderá estender o tempo de pagamento caso desconfie de fraude para 30 minutos adicionais entre as oito e as vinte horas nos dias úteis e 60 minutos nos demais horários, para só depois realizar a transação.

As medidas necessárias para garantir a segurança contra fraude incluem autenticação dos usuários, procedimentos de iniciação do PIX e abertura de contas transacionais. As penalidades para os delitos incluem multa, suspensão e exclusão, podendo ser de forma isolada ou cumulativa.

O serviço será gratuito para as pessoas físicas, tanto os pagadores quanto os recebedores. Contudo, as pessoas jurídicas serão tarifadas. Haverá cobrança do uso da plataforma tecnológica, será uma tarifa cobrada no valor de um centavo a cada dez transações, além de três reais por megabyte do extrato SPI disponibilizado pelo BC.

## Safra de soja e milho - período 2020/2021

A boa rentabilidade da safra da soja e do milho que se encerra estimula os produtores brasileiros a aumentarem a área dessas culturas no período

2020/2021. No agregado, o País pode colher 278,7 milhões de toneladas de grãos, incremento de 8%, segundo cálculos estatísticos da Companhia ▶

► Nacional de Abastecimento (Conab), com base em inúmeros dados de campo, previsões climáticas e imagens de satélites.

A safra de soja é prevista pela Conab em 133,5 milhões de toneladas, e a de milho em 112,9 milhões de toneladas no próximo ano. A projeção de aumento da colheita da soja decorre da expectativa de melhor produtividade, que pode chegar a 3.526 quilos por hectare, e da ampliação na área, estimada em 3% – atingiria 37,86 milhões de hectares. O avanço do grão ocorre principalmente em áreas de pastos degradados, de renovação de cana-de-açúcar, e há casos de troca de cultura.

Os preços do grão devem se manter elevados, alavancados pela valorização do dólar e pela boa demanda internacional. Evidência dessa demanda é o ritmo de vendas antecipadas. Conforme levantamento da Conab, até o início de agosto, cerca de 40% da safra 2020/2021 já havia sido vendida, contra 20% há um ano. O panorama também é positivo para o consumo interno. Há tendência de aumento pela elevação de 12% para 13% de biodiesel no diesel a partir de março do ano que vem e pelo bom ritmo de produção de carnes.

O mercado do milho também é influenciado pelo câmbio e pelas carnes, e o aumento de área com esse grão é estimado em 7%, chegando a 19,78 milhões de hectares nas três safras – em 2019/2020, a primeira safra produziu 23% do total; a segunda contribuiu com 74%; e a incipiente terceira safra, com 3%. A produtividade média pode melhorar 3%, segundo a Conab, indo para 5.709 quilos por hectare.

No cenário internacional, a possibilidade de menor investimento na produção de grãos na Argentina pode abrir novas possibilidades de mercado para os produtores brasileiros. A previsão

da Conab é de que as exportações brasileiras de soja aumentem 5,8%, indo para 86,79 milhões de toneladas – a China pode comprar cerca de 80% desse volume. As de milho são estimadas em 39 milhões de toneladas, crescimento de 13%.

As exportações brasileiras de soja devem continuar aquecidas em 2021. Os embarques devem continuar fortalecidos, mas devem voltar para uma sazonalidade mais próxima da observada antes da guerra comercial entre China e Estados Unidos. O retorno à sazonalidade deve-se à perspectiva de que as exportações norte-americanas para a China na safra 2020/2021 atinjam nível similar ao observado antes dos atritos comerciais entre as duas potências.

Quanto aos preços da nova safra brasileira 2020/2021 do grão, podem ceder um pouco, mas boas perspectivas para o consumo e as exportações e comercialização adiantada devem continuar oferecendo suporte. Ela observou que cerca de 40% da safra brasileira de soja 2020/2021, a ser semeada a partir de setembro, já foi comercializada antecipadamente. Esperamos ter recorde de área plantada e de produção na temporada 2020/2021, com estimativa de safra acima de 130 milhões de toneladas.

Além do fortalecimento das exportações e do potencial de recorde de produção, o consumo interno da oleaginosa também deve crescer com maior demanda do setor de carnes por farelo e do setor de biodiesel. O mercado interno enfrenta dificuldade de encontrar soja disponível no País. A importação de soja do Paraguai vem crescendo com balanço interno apertado, mas, mesmo assim, a restrição de oferta de soja no Brasil deve se manter nos próximos meses.

## Comendo pior e engordando

Está no site da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28646-pof-2017-2018>, o seguinte highlight: POF 2017-2018: brasileiro ainda mantém dieta à base de arroz e feijão, mas consumo de frutas e legumes é abaixo do esperado.

Esse é o chamamento para a leitura do release sobre os dados da última pesquisa a respeito dos hábitos alimentares. Subproduto da Pesquisa de

Orçamentos Familiares 2017-2018, o estudo Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil direciona o exame do orçamento para o entendimento das preferências do brasileiro no que se refere ao que se ingere, à qualidade dos alimentos e bebidas e seus nutrientes, entre outros estratos.

Tendo como base de observação o biênio de 2008-2009 até 2017-2018, no período compreendido entre as duas pesquisas, destacamos que a economia atravessou a maior crise da sua história em 2015-2016, para depois não conseguir retomar ►

- ▶ o fôlego de crescimento. Para sacramentar o seu pior momento, até 2016, não havia registro de duas recessões sucessivas. Como também, após a retração, não se tem revelações de uma recuperação tão lenta como se constatou em 2017-2018.

Certamente, a situação econômica observada nos anos 2010, principalmente a partir da segunda metade da década – em 2014, a economia praticamente não cresceu; em seguida, afundou na recessão; e depois, o crescimento patinou pouco acima de 1% em dois anos consecutivos –, pode ter sido determinante para a diminuição do orçamento, sendo o corolário disso a demanda por alimentos mais baratos. O fenômeno aponta para o crescimento da alimentação menos saudável e engordativa.

As descobertas do estudo foram várias. Por questão de espaço neste sumário, nos ateremos a algumas delas. Por exemplo, o IBGE informa que mais da metade da população ingere sódio acima do limite aceitável. Nesse caso, pode-se inferir que, além do hábito de colocar bastante sal na comida, as pessoas podem estar ingerindo mais sódio graças ao aumento do consumo de alimentos industrializados e processados, tais como embutidos, embalados e enlatados. Entre esses, não bastassem serem produtos pouco recomendáveis pelos danos à saúde, os biscoitos despontam como os mais cariogênicos.

A marmetização (neologismo criado para interpretar o crescimento do número de pessoas que passaram a levar marmita ao trabalho) ficou implícita quando a pesquisa detectou que caiu a frequência do consumo alimentar fora de casa.

Convém reforçar que a queda também se deveu à diminuição da alimentação fora de casa nos finais de semana, o que tem muito a ver com a redução da renda e a necessidade de substituição desse gasto por outros mais em conta. Daí a pizza e os sanduíches terem aumentado a participação.

Há pontos interessantes a frisar. Por exemplo, café, arroz, feijão, pão de sal, óleo e gorduras formam o conjunto dos alimentos mais frequentes nas refeições dos brasileiros. Embora arroz e feijão ainda sejam prediletos, seu consumo vem caindo, dando espaço para sanduíches e salada crua.

Como era de se imaginar, a pesquisa capturou o que se verifica a olho nu hodiernamente. Os jovens se alimentam mal, pois ingerem mais embutidos, embalados e enlatados do que adultos. Por extensão, a frequência do consumo de frutas, verduras e legumes é menor entre os adolescentes.

A alimentação de subsistência tinge com cores fortes o cardápio das pessoas na parte setentrional do País, onde a inclusão da farinha de mandioca é alta. Principalmente no Norte, onde a importância revela-se o dobro do Nordeste.

## INDICADORES ECONÔMICOS

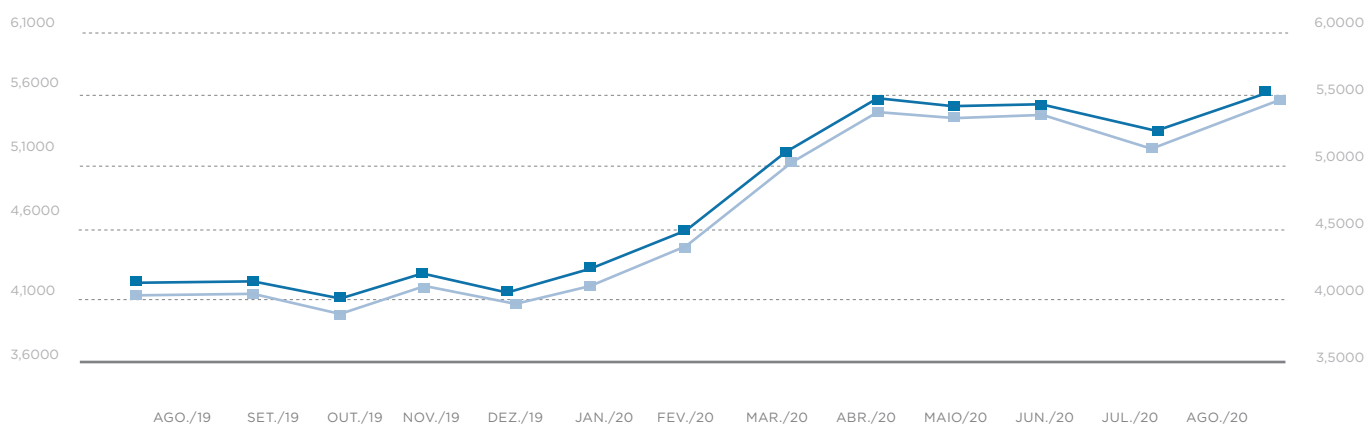
### VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)

DISCRIMINAÇÃO	JUNHO DE 2020	JULHO DE 2020	AGOSTO DE 2020	ACUMULADO NO ANO	ÚLTIMOS 12 MESES
IPCA (%) (IBGE)	0,26	0,36	-	0,46	-
INPC (%) (IBGE)	0,30	0,44	-	0,80	-
IGP (M) (%) (FGV)	1,56	2,23	2,74	9,64	13,02
IGP (DI) (%) (FGV)	1,60	2,34	-	6,98	10,37
IPC Fipe	0,39	0,25	-	0,58	2,73

### CÂMBIO COMERCIAL (PTAX)

COMPRA: 5,4707\*

VENDA: 5,4713\*



\*Em 31 de agosto de 2020

### DÍVIDA LÍQUIDA E BRUTA DO GOVERNO GERAL

	R\$ Milhões	(%) PIB	R\$ Milhões	(%) PIB	R\$ Milhões	(%) PIB	R\$ Milhões	(%) PIB
<b>Dívida líquida do setor público consolidado (1+2+3)</b>	<b>4.041.769</b>	<b>55,7</b>	<b>3.913.723</b>	<b>55,2</b>	<b>4.176.168</b>	<b>58,0</b>	<b>4.322.532</b>	<b>60,2</b>
<b>Dívida líquida do governo geral (1=a+b+c)</b>	<b>4.231.844</b>	<b>58,3</b>	<b>4.018.959</b>	<b>56,7</b>	<b>4.853.880</b>	<b>67,5</b>	<b>4.947.121</b>	<b>68,9</b>
Dívida bruta do governo geral (a)	5.500.104	75,8	5.540.965	78,2	6.153.524	85,5	6.210.042	86,5
Créditos do governo geral (b)	-2.234.111	-30,8	-2.053.885	-29,0	-1.845.773	-25,7	-1.642.491	-22,9
Disponibilidades do governo federal no Bacen	-1.438.757	-19,8	-1.161.093	-16,4	-997.448	-13,9	-790.889	-11,0
Títulos livres na carteira do Bacen (c)	937.195	12,9	504.139	7,1	546.129	7,6	379.570	5,3
<b>Dívida líquida do Banco Central (2)</b>	<b>-245.895</b>	<b>-3,4</b>	<b>-168.432</b>	<b>-2,4</b>	<b>-740.528</b>	<b>-10,3</b>	<b>-685.915</b>	<b>-9,6</b>
<b>Dívida líquida das empresas estatais (3)</b>	<b>55.819</b>	<b>0,8</b>	<b>63.196</b>	<b>0,9</b>	<b>62.816</b>	<b>0,9</b>	<b>61.326</b>	<b>0,9</b>
<b>Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFI)</b>	<b>4.083.262</b>	<b>56,3</b>	<b>3.846.378</b>	<b>54,3</b>	<b>4.150.939</b>	<b>57,7</b>	<b>4.118.493</b>	<b>57,5</b>
<b>Dívida Externa Líquida</b>	<b>-709.175</b>	<b>-9,8</b>	<b>-713.340</b>	<b>-10,1</b>	<b>-1.104.829</b>	<b>-15,4</b>	<b>-1.065.165</b>	<b>-14,8</b>

(+) saldo devedor/(-) saldo credor

Fonte: Banco Central do Brasil

## CALENDÁRIO DE INDICADORES ECONÔMICOS

Setembro de 2020

Dia	Indicador/Pesquisa	Fonte
08	IGP-DI	FGV
08	Mercado de Trabalho	FGV
09	IPCA	IBGE
09	PIM-PF - UF	IBGE
10	PMC	IBGE
10	Barômetros Econômicos Globais	FGV
11	PMS	IBGE
11	PNAD COVID-19	IBGE

## SUMÁRIO ECONÔMICO

Ano XXXVIII, nº 1.634, Setembro, 2020

**Área responsável:** Divisão Econômica

**Editor responsável:** Carlos Thadeu de Freitas Gomes

**Redação técnica:** Divisão Econômica – de@cnc.org.br

**Projeto gráfico:** Gecom

**Diagramação:** Gecom

**Revisão:** Alessandra Volkert

As últimas edições desta publicação estão disponíveis na íntegra no endereço [www.cnc.org.br](http://www.cnc.org.br), na área Publicações.